

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL UNIVERSITÁRIO E HISTÓRIA LOCAL: Uma proposta de mediação cultural entre Arquivologia e Educação Patrimonial

Leonardo Cândido Rolim¹
e-mail: leonardorolimhist@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa a importante relação entre a preservação e a conservação do Patrimônio Documental Universitário e a produção e disseminação da História Local. A partir do debate acerca da relevância dos Arquivos e das Universidades, traçamos um panorama do Arquivo Universitário enquanto setor que possui a custódia de um acervo fundamental para a História das localidades (bairros, cidades, regiões) onde atuam. Em outras palavras, os documentos guardados nas Instituições de Ensino Superior (IES) podem (e devem) ser matéria prima para historiadores/as, sociólogos/as, antropólogos/as, pedagogos/as, museólogos/as, arquivistas e demais profissionais que se interessem em produzir conhecimento acerca da História Local a partir de diversas temáticas: educação, trabalho, ciência, ensino, lazer etc. Dessa forma, na primeira parte do texto, apontamos o papel fundamental dessas instituições (Arquivo e Universidade) na sociedade brasileira desde as últimas décadas do século XX, mas principalmente a partir do início do século XXI, quando o investimento maciço fez crescer sua atuação. Na segunda parte do texto, procuramos evidenciar a função de promotora de Educação para o Patrimônio que as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem e que pode ser implementado a partir de ações de Extensão Universitária, desobrigando os departamentos de História, Ciências Sociais, Geografia e das demais ciências humanas de serem os únicos propositores de projetos educativos na área de patrimônio. Na terceira parte do texto, passamos a refletir sobre a criação de Centros de Memória Local como espaços mediadores de cultura. Isto é, os diferentes *campi* das Instituições de Ensino Superior construindo seus próprios Centros de Memória a partir de seus setores de Arquivo, realizando mostras, oficinas e produzindo material com seus acervos fotográficos, impressos etc. Este tipo de prática é, do nosso ponto de vista, fundamental para demonstrar à sociedade brasileira a importância de seus Instituições de Ensino Superior públicas. A manutenção das Universidades em um cenário adverso como o atual depende do reconhecimento das instituições pela maior parte do povo brasileiro. Nesse sentido, concluímos que ações como as que desenvolvemos no Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica (NUDOPH), núcleo de extensão ligado ao Departamento de História (DHI) do Campus Central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), podem servir como parâmetros para outras experiências. No âmbito do NUDOPH, realizamos a higienização e organização de acervos particulares e institucionais ligados à UERN e a outros órgãos públicos como a Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte e o Museu Municipal Jornalista Lauro da Escócia.

¹ Departamento de História/Campus Central - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN, Brasil.

Palavras-chave: Arquivo Universitário. Educação Patrimonial. História Local Mediação Cultural. Patrimônio Documental.

1 INTRODUÇÃO

A discussão empreendida aqui compreende uma dupla tentativa: primeiro, visa contribuir para o entendimento do debate acerca dos repositórios documentais das universidades e, segundo, dimensionar possibilidades de educação patrimonial a partir desses repositórios. Isto é, o objetivo deste trabalho é compreender o patrimônio documental universitário como fundamental para possíveis construções de narrativas históricas fundamentadas na Educação para o Patrimônio Cultural e na perspectiva da História Local.

Partimos da ideia de que se faz mais do que necessário referenciar socialmente as instituições universitárias e evidenciar a identificação entre sociedade/universidade que supere a visão limitada de espaço de ensino/aprendizagem e, no máximo, de pesquisas científicas. Cada vez mais, a Extensão Universitária ganha destaque como base de respaldo da universidade perante a sociedade. Mais do que ensino e pesquisa, é de extensão que trata este artigo.

Para o melhor desenvolvimento da argumentação, dividimos em três partes o texto. Na primeira parte, será discutido o papel dos arquivos e das universidades em escalas distintas, mas principalmente quando o arquivo é universitário. Na segunda parte, abordaremos o tema da Educação Patrimonial como fundamento de cidadania e o papel tanto dos arquivos quanto das universidades na promoção de projetos que situem essas instituições como pertencentes àquela comunidade, àquele bairro, àquela cidade. Na terceira e última parte, evidenciaremos as possibilidades de produção de História Local por meio dos documentos depositados nos arquivos universitários e, a partir da agregação de acervos, a construção de Centros de Memória Local.

2 UNIVERSIDADES, ARQUIVOS E ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

A recente ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil concedeu às universidades papel de destaque após décadas de crises e desafios de manutenção.

Instituições de Ensino Superior públicas e privadas receberam, por pelo menos uma década (2007-2016), um volume de investimentos estatais que fizeram das universidades, centros universitários e faculdades elementos cotidianos de jovens e adultos brasileiros.

É evidente que o acesso às instituições gerou um processo de identificação não só nos estudantes, mas também na comunidade do entorno, no caso de cidades grandes, e na própria sociedade munícipe no caso de cidades médias e pequenas. Ou seja, a universidade transformou-se em referência geográfica, social e afetiva dos cidadãos, pois ela própria, a partir de seu papel social, tem como dever proporcionar a conscientização cidadã.

O antropólogo e educador Darcy Ribeiro (1969, p. 46), artífice e primeiro reitor da Universidade de Brasília, sintetizou a missão criadora da universidade em sua obra *A universidade necessária*:

Dominando e ampliando o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas, como condição indispensável ao exercício desta função, a universidade incorpora à sociedade a que serve todo o esforço da interpretação humana. E lhe agrega as expressões de criatividade cultural de seu povo, para capacitá-la a realizar suas potencialidades de progresso e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo.

Dessa forma, a universidade deve apresentar-se como entidade atuante, não aguardando dentro de seus muros a sociedade procurá-la, mas externando suas possibilidades de intervenção social, política, econômica e cultural. Tal atitude é fundamental tanto para sua existência enquanto instituição quanto para sua resistência aos ataques que, de tempos em tempos, assolam os agentes e o espaço universitário.

Em outra instância, os arquivos também passaram por mudanças substanciais ao longo da mesma temporalidade. Exemplos disso são: a publicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística em 2007 e o esforço de divulgação do Arquivo Nacional entre entidades estaduais e municipais; o grande projeto Memórias Reveladas que interligou Arquivo Nacional, arquivos estaduais e universidades; e a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 2011. Organização, descrição e acesso são três das mais importantes funções arquivísticas que ficam evidenciadas a partir das três iniciativas mencionadas. Para Heloisa Bellotto (2017, p. 71),

Os arquivos constituem essencialmente fontes de informação. Eles resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos erados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência. Esses documentos são conservados quanto ao seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ou jurídico-legais, podendo ser eliminados se o seu valor se restringir àquele uso primário (o relacionado ao motivo de sua produção) ou, sendo documento de valor permanente, vir a constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, comumente conhecidos como históricos.

Destarte, entendemos que os arquivos são necessariamente partes constitutivas das instituições e desempenham papel muito importante em sua organicidade. Isto é, a gestão arquivística sistemática potencializa o desempenho das diversas funções institucionais. É fundamental, portanto, pensar o papel do arquivo e dos arquivistas desde o início do ciclo de vida da informação arquivística, ainda no arquivo corrente, passando pelos arquivos intermediários e chegando ao permanente, respeitando os prazos de descarte e guarda, além dos protocolos de seleção, higienização, organização e descrição.

Diante da relevância social da universidade e da função essencial que os arquivos têm nas instituições, é importante refletir sobre o papel que os arquivos universitários podem (e devem) desempenhar. Como já dissemos, a universidade torna-se referência para a comunidade em que atua e, por consequência, reflete uma parte da(s) história(s) daquela população. Ou seja, nos arquivos universitários estão depositadas fontes para história da educação, da ciência, do trabalho, da cultura e do que mais os/as historiadores/as quiserem se os acervos estiverem disponíveis e as questões históricas forem bem postas.

Nesse sentido, cabe explicitar que entendemos a Universidade com funções além daquelas evidenciadas por Darcy Ribeiro. A divulgação e aplicação do conhecimento, extrapolando o ensino e a pesquisa e atuando comunitária e socialmente, expande quase ilimitadamente o extramuros acadêmico. A percepção de que ações extensionistas garantem à Universidade fundamentos para sua atuação junto à comunidade acadêmica e não acadêmica rege a chamada curricularização da Extensão, regulamentada pela Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação . De acordo com essa Resolução, Extensão Universitária

(...) é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Portanto, é a partir de projetos extensionistas que, interna e externamente, a Universidade constrói seu vínculo social mais forte, pois a interação com Ensino e Pesquisa dá à Extensão o papel de mostrar e oferecer à comunidade sua produção científica e intelectual. A obrigatoriedade de 10% da carga horária de qualquer curso ser dedicado à Extensão, apenas regulamenta uma realidade crescente nas universidades que é a participação de seus discentes e servidores (docentes e técnicos) em ações que colocam a infraestrutura da universidade à disposição daqueles que a sustentam com seus impostos. No caso dos arquivos universitários não seria diferente, pois, sendo repositórios do patrimônio documental institucional, são também detentores de parte considerável do patrimônio histórico e cultural da sociedade.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ARQUIVOS E UNIVERSIDADES

As discussões sistemáticas que fundamentam as práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil se iniciaram na década de 1930. No contexto de reforma administrativa promovida no início de 1937 pelo presidente Getúlio Vargas, destacamos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no âmbito do Ministério da Educação e Saúde (MES) dirigido por Gustavo Capanema. Na década de 1920, o debate público que envolveu figuras proeminentes do modernismo, apontava para a superação de tudo que era considerado arcaico. Ou seja, a implantação da República e o fim da escravidão apontavam para o novo e a necessidade urgente da nação brasileira de civilizar-se. Associou-se, então, modernidade à nacionalidade e nos anos 1930,

(...) as disputas estéticas foram incorporadas às malhas do Estado, marcado por forte nacionalismo. Foram então implementadas instituições e normas de controle social sob a ideologia do Estado tutor e protetor, e, com a criação do

Sphan, institucionalizaram-se das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2012, p. 71).

Desde a criação do SPHAN (hoje IPHAN) em 1937, várias foram as políticas implementadas no intuito de preservar o patrimônio cultural no Brasil e foi reconhecida a importância do patrimônio imaterial ou intangível. No entanto, apenas em 1983, durante o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis, é introduzida a expressão Educação Patrimonial inspirada no modelo da heritage education, desenvolvido na Inglaterra. Mais de uma década depois, em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro publicam o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada (FLORÊNCIO, 2020, p. 13). Ou seja, a reflexão institucional no âmbito do IPHAN sobre Educação Patrimonial tem pouco mais de duas décadas de existência.

Nesse tempo decorrido, a idealização e a implementação das políticas de Educação Patrimonial ficaram, basicamente, sob responsabilidade de Museus, Escolas e órgãos especiais criados para esse fim. Poucas vezes as instituições arquivísticas são lembradas como espaços de educação patrimonial. De acordo com Ivana Parrela (2015, p. 108),

Os arquivos demoraram a encontrar seu espaço no debate sobre patrimônio cultural e cultura, mesmo sendo até hoje a área da cultura nas administrações públicas aquela que abriga grande parte das instituições arquivísticas do País. Isso, de certo modo, explica também o reduzido debate conceitual sobre os usos da metodologia de Educação Patrimonial nos arquivos.

Ou seja, mesmo frequentado por centenas de pesquisadores das áreas de História, Antropologia, Sociologia, Arquitetura, Geografia, Direito etc., os arquivos passaram décadas relegados à condição de repositório de documentos que serviam apenas àqueles que o procuravam intencionalmente, desconsiderando que ele também é um lugar de memória (NORA, 1993) que pode servir à Educação Patrimonial se for entendido como espaço de práticas culturais, pois

Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio

dos pares que convivem nesses contextos. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os problemas e as situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo (FLORÊNCIO, 2020, p 21).

Nesse sentido, as instituições arquivísticas que possuem acervos de interesse público, no caso de órgãos públicos, ou que querem fazer de seu arquivo um atrativo para o consumo de seus produtos ou serviços, no caso de empresas privadas, podem buscar ações culturais que envolvam a Educação Patrimonial e assim contribuir com a compreensão sobre a importância da preservação do patrimônio artístico e cultural do país.

Como sabemos, os arquivos possuem funções básicas que giram em torno da organização, seleção, conservação e acesso de informações contidas nos documentos. Tais atividades servem, evidentemente, às atividades primárias das instituições, mas que, se efetivamente forem cumpridas, também beneficiam as funções secundárias de promoção da cidadania, do direito, da pesquisa científica e do acesso à cultura. Podem partir do arquivo ações culturais como peças teatrais com conteúdo histórico baseados na documentação depositada, exposições de plantas e mapas históricos dos bairros e da cidade, aulas públicas sobre a importância do patrimônio documental etc. Para Heloísa Bellotto (2014, p. 134),

A participação progressiva dos arquivos na ação cultural reverte-se da possibilidade de uma aprendizagem da história e de uma tomada de consciência das identidades comunitárias, por parte das populações menos letradas, pelo conhecimento das tradições, do patrimônio arquitetônico e da história local de forma lúdica e prazerosa. Tudo pode ser apreendido nas exposições nos espetáculos cênicos, nos contatos entre escola e arquivo, nas publicações e projetos de cunho cultural e na cooperação com museus e bibliotecas, no sentido de proporcionar cultura e lazer cultural à comunidade.

Também a universidade tem o papel de fomentar e preservar o patrimônio artístico e cultural, utilizando a ferramenta da Educação Patrimonial, pois é ela própria um patrimônio arquitetônico que abriga patrimônios diversos: intelectual, científico, documental, político, econômico e social. Muitos podem ser os pontos de partida dentro da universidade: arquivo permanente, centro de memória, biblioteca central, museu

universitário, departamento acadêmicos de História, Ciência da Informação, etc. Independente da origem, importa o esforço de transformar espaços da universidade em incentivadores da Educação Patrimonial. Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), um grupo de professores do Departamento de Ciências da Informação levou a cabo, em parceria com outros setores, um importante projeto de memória institucional relacionando memória, identidade e cultura material, conseguindo maior visibilidade e valorização dos bens patrimoniais tanto pelos gestores e pela comunidade interna quanto pela comunidade externa. De acordo com Samanta Prado (2017, p. 175-176),

Esses objetos, travestidos de caráter cultural e social passaram a ter, não só o acesso facilitado pelas comunidades, como também um maior entendimento sobre a importância da preservação desse patrimônio para a memória institucional. Para a comunidade externa, esse patrimônio pode representar que houve um reconhecimento cultural e científico da instituição e, por conseguinte, para a compreensão sociocultural da cidade, em que se insere. Em última instância, este estudo contribui com ações, exposições, publicações e outras que venham a promover uma melhor percepção histórico-temporal dos eventos ou acontecimentos, que são lembrados por meio dos objetos e coleções históricas, que por sua vez contribuem para a educação patrimonial, num sentido mais amplo, na medida em que esses fazem parte da trajetória de conhecimento, saberes e da memória da comunidade interna e externa.

Dessa forma, o projeto conseguiu utilizar bens patrimoniais da própria UFSCar para sensibilizar as comunidades interna e externa sobre a importância da manutenção da Universidade e da preservação de seus patrimônios. Sobre iniciativas desse porte, Sônia Florência ressalta que “dessa forma é possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural” (FLORÊNCIO, 2012, p. 26).

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco o professor e historiador Ricardo Pacheco, do curso de Pedagogia, promoveu no final da década de 2000, o projeto de extensão e pesquisa “Memorial da UFRPE: Educação, Memória e Patrimônio Histórico” que teve como objetivos “potencializar as ações da equipe de trabalho do Memorial, dar utilização plena ao acervo documental e aos recursos materiais já disponíveis em sua sede e buscar parcerias para novas iniciativas voltas à pesquisa” (PACHECO, 2017, p. 101). Fundado no ano de 1990 o Memorial da UFRPE teve sua sede restaurada em 2005,

mas no espaço não funcionava nenhum tipo de projeto de Educação Patrimonial. Ao refletir sobre os resultados do projeto, o professor Ricardo Pacheco (2017, p. 107) afirma que

O fortalecimento do Memorial da UFRPE como espaço de memória voltado para reflexão-ação sobre as relações entre educação, memória e patrimônio histórico – às vésperas do centenário desta universidade ocorrido em 2012 – respondeu a essa multiplicidade de tarefas institucionais. Ao investigar seu acervo, a equipe de trabalho do Memorial da UFRPE se comportou como um grupo de pesquisa que investiga as representações sociais constitutivas da identidade coletiva da comunidade acadêmica, identificando as forças em disputa. Ao divulgar essa memória social, atuou como grupo de educadores que difunde representações sobre o passado as quais reafirmam identidades sociais e o papel da universidade como instituição de ensino vinculada ao seu tempo-espaço social.

As questões colocadas pelo autor reforçam o papel da universidade enquanto instituição promotora da preservação do patrimônio e preocupada com a Educação Patrimonial enquanto política preservacionista, mas marcam um ponto importante nesta discussão: o papel dos arquivistas, historiadores, museólogos, bibliotecários e demais profissionais da informação na mediação cultural nos arquivos.

É importante dizer que, durante décadas, a arquivologia clássica viu com desconfiança e até mesmo rejeitou um pretense papel mediador que ultrapassasse as funções básicas desempenhadas por profissionais de arquivo. Ou seja, o papel dos profissionais seria conceder o acesso, mas sem de forma alguma agir conscientemente sobre as políticas de acesso. Aos arquivistas estava relegado um papel técnico de respeito aos procedimentos e normais adotados nas instituições (ZAMARATTO; CAVALCANTE, 2020, p. 462-464). No entanto, correntes renovadas do pensamento arquivístico se colocam contrárias a estes preceitos, contestando a neutralidade do arquivista e incentivando a reflexão sobre a necessidade de atuação direta do profissional sobre os princípios e métodos adotados. De acordo com Ana Flávia Zamaratto e Luciana Cavalcante (2020, p. 466),

(...) na era da pós-custodialidade, o documento arquivístico deixa de ser visto como um subproduto imparcial e neutro das atividades administrativas institucionalizadas, com vistas a identificar sua natureza e todos os sujeitos e contextos envolvidos em sua produção. O foco passa a ser aquilo que está fora do documentos – seu contexto de criação – de onde emerge uma visão macro dos processos documentais.

Destarte, o papel do profissional da informação nos arquivos universitários muda completamente de escala. Conhecer o fluxo do documento no sistema de arquivo da instituição é importante, mas para a mediação da informação arquivística é fundamental entender os contextos: de produção da documentação, de preparação dos instrumentos de pesquisa, de elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, de surgimento e construção da instituição etc. O domínio desses contextos dinamiza a gestão da informação e embasa a atuação direta nas políticas arquivísticas. Para Marco Antônio de Almeida (2008, p. 3),

A ideia de mediação envolve coisas muito diferentes entre si, que abarcam desde as velhas concepções de “atendimento ao usuário”, passando pela atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural – até a construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), chegando à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação etc.

Dessa forma, é preciso uma verdadeira tomada de consciência pelos gestores da importância do investimento em contratação e capacitação de pessoal na área de gestão da informação (arquivistas, historiadores, bibliotecários etc.). Com recursos humanos especializados e conscientes de sua atuação direta nas políticas educativas no campo do Patrimônio Histórico a universidade poderá se tornar agente difusora de projetos e experiências exitosas, pois sua diversidade de áreas a credencia para formar robustas redes de pesquisa, ensino e extensão. Nesse sentido, Sônia Florêncio (2012, p. 26) aponta que

Outro fator importante para o sucesso das ações educativas de preservação e valorização do patrimônio cultural é o estabelecimento de vínculos entre políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo cultural, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, favorecendo, então, o intercâmbio de ferramentas educativas de modo a enriquecer o processo pedagógico inerente a elas.

A partir desse apontamento, é preciso refletir sobre a necessidade de ampliar horizontes e desobrigar o arquivo universitário de parte dessas funções secundárias ou,

pelo menos, criar no âmbito desse setor um espaço específico para o desempenho das atividades de mediação cultural e Educação Patrimonial: o Centro de Memória.

4 CENTROS DE MEMÓRIA LOCAL: CIDADANIA E MEDIAÇÃO CULTURAL

Na conjuntura subsequente aos desastrosos acontecimentos da primeira metade do século XX – como as grandes guerras mundiais, a ascensão dos regimes totalitários, o holocausto, os difíceis movimentos de independência dos países africanos, entre outros – as memórias coletivas (nacionais, comunitárias, étnicas, etc.) ficaram cada vez mais evidentes e necessárias, tornando-se objetos de investigação e de investimento por parte de instituições públicas e privadas. Arquivos, bibliotecas e museus tiveram seu papel de guarda, conservação e divulgação de documentos colocados à prova diante da crescente demanda de historiadores, antropólogos, sociólogos, etc. No Brasil, como já apontamos, ganhou força a questão das identidades, com recentes novos recortes, mas sem perder a referência ao pertencimento nacional. Segundo Márcia Chuva (2012, p. 73),

A predominância das ideias fundadoras acerca da unidade nacional deu lugar à diversidade cultural como a fala legítima na atualidade, fruto de longos processos de construção democrática, por meio de novas redes, dos movimentos sociais e de redirecionamento das tensões globais. (...). O mundo do patrimônio mergulhou no universo particular das identidades locais e das singularidades, que dialogam com o nacional, extrapolam esse recorte e, ao mesmo tempo, vivem a ambiguidade de estarem contidos nele.

Podemos dizer que, a partir dos anos 1980, o surgimento de um novo modelo de instituição atendeu demandas contemporâneas que arquivos, bibliotecas e museus não poderiam cumprir. Os arquivos têm um papel administração que é fundamental, as bibliotecas possuem importante função de guarda e consulta e aos museus compete guardar, conservar e expor tematicamente seu acervo. É evidente que arquivos podem possuir bibliotecas, que museus possuem arquivos e que bibliotecas tenham pequenas exposições. No entanto, são os Centros de Documentação que conseguem, sem pretensão de abarcar plenamente as funções de três importantes instituições, ter papel administrativo, guardar, dar consulta e expor documentos diversos sobre instituições,

comunidades, etnias etc. Para Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2015, p. 54-55), esses vários elementos

(...) passam a conviver no centro de memória, formando um acervo que, além de ostentar aspectos próprios às modalidades de custódia exercidas por arquivos, bibliotecas e museus, operam ainda outro tipo de amálgama: colocam, no mesmo plano, dados, informações e arzaoados que possam concorrer, cada qual à sua maneira e em diferentes escalas, para a produção de conhecimento úteis à instituição.

Dessa forma, é importante evidenciar que o/a bibliotecário/a, o/a arquivista e o/a historiador/a responsável(is) pela custódia de um acervo participe de forma ativa da mediação da informação arquivística e, conseqüentemente, da construção do conhecimento, pois ela “dá-se individualmente, embora, necessariamente, na relação com o mundo. Dessa forma, o conhecimento é individual e coletivo; o ser humano é um indivíduo, mas dependente dos outros e do mundo” (FADEL, 2010, p. 18).

Ou seja, se pensarmos o profissional da informação como produtor de catálogos, índices, inventários e demais instrumentos de busca que podem ter um maior ou menor nível de descrição arquivística e ainda como aqueles que optam por qual (ou quais) acervo(s) organizar, catalogar e descrever, devemos entendê-los no papel fundamental de mediador das informações contidas nos acervos sob custódia institucional. O exercício da mediação e da gestão da informação deve ser contínuo, pois seus usos pelos pesquisadores geram o conhecimento, entendido como “(...) um processo contínuo, o que indica que a cada vez que um novo conhecimento é gerado, explicitado e compartilhado, sua internalização pelas pessoas da instituição produz um novo conhecimento que, por sua vez, é inserido na mesma espiral” (SANTOS, 2013, p. 195).

Cabe destacar, como já dissemos, que na atual conjuntura é fundamental atuar não apenas na guarda e conservação dos acervos documentais. Dar a ver tais acervos e incentivar o contato com os documentos de arquivo é também estimular o exercício da cidadania. Os mediadores da informação arquivística não devem, como no passado, aguardar seus clientes nos antigos casarões que, geralmente, abrigam nossas instituições arquivísticas. Entendemos que “a informação é insumo para qualquer fazer, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito empresarial. A geração de ‘novo’ conhecimento somente é possível quando a informação é apropriada pelo indivíduo, por meio do

estabelecimento de relações cognitivas” (FADEL, 2010, p. 14) e que a apropriação da informação só poderá ser eficaz quando mediada por agentes preparados e conscientes de seu papel institucional e social.

Destacamos ainda que diversas experiências têm demonstrado que os centros de documentação têm saído da zona de conforto e proporcionado mostras, exposições, oficinas, cursos extensionistas, visitas guiadas, entre outras atividades que fomentam o acesso às informações arquivísticas, constituindo-se em verdadeiros centros de memória social com evidente papel na construção do conhecimento no âmbito das ciências sociais e humanas, mas principalmente, no exercício da cidadania entendida como o uso prático e consciente de nossas instituições.

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, foi criado em 1996 o NDPH (Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica) que, em 2009, teve sua sigla modificada para NUDOPH e desde 2015 vêm se constituindo num Centro de Memória da instituição. O Núcleo possui, por definição, um caráter extensionista. Ou seja, para justificar a sua manutenção enquanto Núcleo de Extensão o NUDOPH precisa dialogar com a comunidade externa à universidade. Pelo menos dois de seus atuais projetos têm caráter de criação e/ou manutenção de memórias institucionais. É importante assinalar que, de acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 12),

(...) a memória não dá conta do passado nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. E não só, é claro, porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas no passado poderiam saber, mas sobretudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente: História, com efeito, é a ciência da diferença.

Ou seja, os projetos *50 anos de Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: história e acervo* e *Memória da Água: 50 anos da CAERN nos impressos mossoroense e nas fotografias de Manuelito*¹ propostos por professores do Departamento de História do Campus Central, estabelecem com a memória das duas instituições uma série de relações de problematizadas. Na medida em que se entende, principalmente a partir de Benjamin, que “a memória do narrador ou o saber construído pelo historiador são – ou deveriam ser – objetos de constante revisitações sob pena de se tornarem fechados em si, permeados de verdades absolutas e para sempre cristalizadas” (SALZTRAGER,

2017, p. 20), se evidenciam as preocupações em não cristalizar uma memória festiva e laudatória das instituições.

Dessa forma, na medida em que os fundos documentais são inventariados, organizados, digitalizados e, por fim, recortados para servir às mostras, exposições e demais eventos comemorativos, os discentes bolsistas devem, de acordo com as orientações dos docentes, desenvolver reflexões críticas que desempenhem o papel de evidenciar a importância das instituições para a população potiguar ao mesmo tempo em que não permite a pura exaltação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, percorridos alguns conceitos, definições, categorias, buscamos apresentar uma discussão que nos é muito cara. A universidade brasileira, enquanto instituição de produção de conhecimento, provavelmente nunca sofreu com tanto descrédito e desrespeito que, muitas vezes, parte daqueles que deveriam zelar por seu patrimônio. Discutir possibilidades de Educação Patrimonial no âmbito das universidades brasileiras hoje é mais do que fazer projetos, pois dada a conjuntura mais se parece com um sonho distante. No entanto, acreditamos que não é possível parar de sonhar para reconquistar a credibilidade do ensino superior em meio ao obscurantismo.

Os arquivos não têm uma sorte muito diferente das universidades. Descaso, pouco investimento e quase nenhuma evidência no cenário patrimonial são características que acompanham quase todas as nossas instituições arquivísticas. Dessa forma, tentamos fazer dos arquivos universitários – e, conseqüentemente, dos centros de memória – espaços privilegiados de extensão universitária através da Educação Patrimonial que, apesar do amplo alcance, demanda investimentos modestos.

Por fim, este trabalho pretendeu, por meio de discussão bibliográfica e exemplos concretos, sugerir possibilidades diversas de mediação cultural através da Educação Patrimonial no âmbito das instituições de ensino superior, sendo estas promotoras de uma silenciosa e radical mudança na percepção da sociedade em relação à Universidade. Isto é, ações e projetos extensionistas sediados nos arquivos e/ou nos centros de

memória devem servir de grande painel público ao que o ensino superior pode fazer por uma comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. In: *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/119743>. Acesso em 22/06/2020. Acessado em: 26 set, 2020.

BELLOTTO Heloísa Liberalli. Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: _____. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivos – perfil, história e convergência. In: _____. **Arquivos: Estudos e Reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CAMARGO, Ana Maria Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos; CHUVA, Márcia. (Orgs.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

FADEL, Bárbara. Et all. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta. (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLETINO, Átila Bezerra. (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN, 2012. p. 22-29. (Caderno Temático 2).

MENESES, Ulpiano Toledo. (1992). A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, (34). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>. Acesso em: 21 maio, 2020.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10), Dez. 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: um percurso docente. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

PARRELA, Ivana D. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 107-116. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1398/1576>. Acesso em: 13 jun, 2019.

PRADO, Samata; COSTA, Luzia; GRACIOSO, Luciana; ZAFALON, Zaíra. Museu e Arquivos: O papel da universidade na educação patrimonial. In: **Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio**. Anais...Belo Horizonte (MG) CAD II - UFMG, 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/MESTRESECONSELHEIROS2017.pdf>. Acesso: 17 mar, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SALZTRAGER, Ricardo; LOURENÇO, Felipe Teixeira. A dimensão criativa da História: uma contraposição entre os escritos de Benjamin e Nora. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 3, dez-mar 2017. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/2152/2074>. Acesso em: 7 abr, 2018.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: ____ (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos – Classificação, Preservação Digital e Gestão do Conhecimento**. 3ª ed. Distrito Federal: SENAC, 2013.

ZAMARATTO, Ana Flávia Dias; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Da custódia à mediação cultural: o papel dos arquivistas. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 30, n. 61, p. 459-477, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/916/pdf>. Acesso: 13 jan, 2021.

Notas

¹ A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte foi fundada em 1968 ainda como URRN (Universidade Regional do Rio Grande do Norte) e a Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte (CAERN) chegou à cidade de Mossoró em 1969. As duas instituições provocaram os coordenadores do NUDOPH à elaborar projetos de extensão que culminarão em exposições públicas, organização, digitalização e acesso de documentos, além de atividades com servidores e a comunidade